



TORO CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A
CNPJ: 29.162.769/0001-98

Relatório da Administração
Aos Acionistas da Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Belo Horizonte - MG
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
A pandemia vivida por quase 2 anos trouxe consequências econômicas em todo o mundo. Os Bancos Centrais têm utilizado o aumento da taxa básica de juros para conter a inflação, que no Brasil já atingiu os dois dígitos. O cenário de economia sem crescimento, inflação alta, redução do apetite dos bancos e investidores a funding tem levado muitos fintechs à necessidade de redução do quadro de colaboradores e de suas operações.
O cenário é desafiador, mas a Toro segue crescendo!
Vimos o volume de negócios na Bolsa brasileira reduzir nos primeiros seis meses de 2022, na via contrária, a quantidade de transações da Toro cresceu de forma exponencial desde janeiro. O ganho de share da Toro é resultado de diferentes iniciativas: melhores campanhas e parcerias de marketing, maior estabilidade da plataforma e novas funcionalidades no produto.

Fortaleçemos o nosso caixa, passamos a nos organizar de forma diferente para atender melhor o cliente, em suas várias jornadas, e atingimos NPS recorde, entre os melhores da indústria.
Participamos pela 1ª vez da pesquisa do GPTW (Great Place to Work) e fomos certificados com o selo.
E apesar de termos atingido a marca de 1 milhão de clientes na nossa base, seguimos no nosso grande de transformar a vida financeira do brasileiro.

A Diretoria.

Belo Horizonte, 25 de agosto de 2022.

Márcio Placedino Bicalho Martins
Diretor

Maria Carolina Barbosa Costa
Diretora

Hélio Mayorca Filho
Contador - CRC SC 021798/O-3-S-MG

Balço patrimonial - Em 30 de junho de 2022 e 31 dezembro 2021 (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	2022	2021
Circulante		104.157	105.799
Caixa e equivalente de caixa	5	84.354	95.781
Disponibilidades		277	1.992
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6a	84.077	93.789
Instrumentos financeiros		9.507	8.554
Títulos e valores mobiliários			
Instrumentos financeiros derivativos	7a	6.582	7.135
Vinculados à prestação de garantias		6.582	7.135
Outros ativos financeiros		2.925	1.419
Negociação e intermediação de valores	9	2.925	1.419
Outros créditos		689	621
Impostos e contribuições a compensar	10	640	606
Diversos	10	49	15
Outros valores e bens		9.607	843
Despesas antecipadas	11	9.607	843
Não circulante		270.087	50.058
Instrumentos financeiros		131.519	16.385
Títulos e valores mobiliários			
Instrumentos financeiros derivativos	7a	131.519	16.385
Carteira própria		3.065	3.560
Vinculados à prestação de garantias		128.454	12.825
Ativo fiscal diferido	15b, 15c	1.430	1.989
Investimentos	12	127.334	20.689
Imobilizado de uso	13	395	395
Depreciação	13	(253)	(224)
Intangível	14	11.614	11.614
Amortização	14	(1.952)	(790)
Total do ativo		374.244	155.857

Passivo			
	Nota	2022	2021
Circulante		119.994	98.286
Outras obrigações		119.994	98.286
Obrigações por empréstimos	16	25.803	-
Fiscais e previdenciárias	17	1.979	1.669
Negociação e intermediação de valores	9	81.051	82.524
Diversas	10	11.161	14.053
Não circulante		60	202
Outras obrigações		60	202
Provisões e contingências passivas	10, 28b	60	202
Patrimônio líquido		254.190	57.369
Capital social	18	216.068	104.316
Ajustes de avaliação patrimonial		(68)	(1)
Lucros (prejuízos) acumulados		38.190	(46.946)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

1. Contexto operacional

A Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM") é uma sociedade de responsabilidade limitada, constituída em 28 de novembro de 2017, sediada na Rua Bernardo Guimarães, 166, 7º ao 9º andar, Bairro Funcionários, em Belo Horizonte - MG. Instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Banco Central"), a partir de 10 de janeiro de 2018, tem como objetivo social a intermediação de títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros e que efetua as operações no âmbito da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. A Toro CTVM, empresa do grupo Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander"), possui como acionistas, o controlador Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander Distribuidora") e a Toro Participações S.A. ("Toro Participações"), detendo 63,00% e 37,00%, respectivamente do capital total da Toro CTVM. A Toro CTVM é controladora diretamente da Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos"), detendo 76,54% do capital total, a qual possui também como acionistas o Santander Distribuidora e Toro Participações, detendo 14,78% e 8,68%, respectivamente do capital total da Toro Investimentos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

(a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Toro CTVM são da responsabilidade da Administração e foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central e são apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Elas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Resolução Bacen nº 2 de 12/08/2020 estabeleceu critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A norma prevê ainda, entre outros requisitos, a demonstração de diretrizes, incluindo divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente, abertura dos saldos no Balço Patrimonial de provisões, depreciações e amortizações, divulgação de resultados não recorrentes, alterações que não modificam o saldo total desta demonstração, relativos as contas de ativo e passivo. As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2022 foram aprovadas pela Administração em 25 de agosto de 2022.

3. Resumos das principais práticas contábeis

(a) **Auração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. (b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem disponibilidades e quaisquer outras aplicações de curto prazo que possuam alta liquidez, que sejam prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que não estejam sujeitas a um risco significativo de mudança de valor, bem como que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimentos ou outros propósitos.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. (a) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** Classificados com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, definidos pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central, de acordo com a intenção da Administração, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos, realizados e não realizados, reconhecidos na demonstração do resultado. Títulos disponíveis para venda - Títulos e valores mobiliários que não são classificados como "títulos para negociação" nem como mantidos "até o vencimento". Esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o ajuste, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado. Títulos mantidos até o vencimento - Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos. A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. (b) **Empréstimos de ações e posição vendida em ações:** Empréstimo de ações (posição tomadora) e posição vendida em ações são realizadas em bolsa de valores e mercadorias (B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão) e são valorizadas aos preços médios de venda dos respectivos ativos praticados no mercado, com base nos dados divulgados pelas diversas associações de classe e bolsas de valores, mercadorias e futuros, acrescidas, quando aplicável, de comissões, custos e encargos financeiros incorridos até a data do balanço. Os juros decorrentes do aluguel de ações são reconhecidos em conta específica no resultado.

(c) **Negociação e intermediação de valores (valores a pagar e a receber):** Representadas por operações na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, por conta e ordem de terceiros. As corretagens sobre essas operações são classificadas como receitas e as despesas de prestação de serviços e reconhecidas por ocasião da realização das operações. Este grupo contábil encontra-se subdividido nas seguintes rubricas: • Caixa de registro e liquidação - representada pelo registro das operações realizadas nas bolsas de valores por conta própria e de clientes. • Devedores/Credores conta liquidação pendente - representado pelos saldos devedores ou credores de clientes, face à realização de operações com títulos de renda fixa, ações, mercadorias e ativos financeiros, pendentes de liquidação na data do balanço. • Depósito de clientes por conta de operações de bolsa e investimentos. Representados por depósitos de clientes por conta de operações de bolsa e investimentos a realizar junto à Toro CTVM. Estão apresentados pelo valor do efetivo depósito, deduzidos dos pagamentos já efetuados de bolsa e investimentos, não sofrendo correção. (d) **Despesas antecipadas:** Referem-se a valores pagos cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no ativo e apropriadas ao resultado de acordo com o princípio da competência. (e) **Imobilizado:** O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear à taxa de 10% a.a. para móveis e equipamentos, e 20% a.a. para sistemas

de comunicação e sistemas de processamento de dados. (f) **Intangível:** O ativo intangível é registrado ao custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear à taxa de 33,33% a.a. (g) **Outras obrigações:** Demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. (h) **Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/09, da seguinte forma: • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso. • Provisões para riscos - são avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas. • Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota. • Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a obrigações contratuais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente. (i) **Imposto de renda e contribuição social:** Na apuração do imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, foram aplicadas as regras do regime de tributação com base no lucro real. O imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% previsto na legislação. A contribuição social é calculada à alíquota de 15% (20% no período de 01 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021) sobre o lucro tributável. Na apuração do lucro tributável são consideradas as adições e exclusões previstas na legislação tributária. Os impostos diferidos foram constituídos, sobre as diferenças temporárias, com base na alíquota para o imposto de renda de 25% e ajustados para a contribuição social de 15%. (j) **Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências e a valorização de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Toro CTVM revisa as estimativas e premissas periodicamente.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidades	277	1.992
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	84.077	93.789
Total	84.354	95.781

(a) São consideradas caixa e equivalente de caixa todas as aplicações de liquidez com prazo original ou inferior a 90 dias.

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

(a) Aplicações no mercado aberto

	30/06/2022	31/12/2021
Posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional	84.077	93.789
Notas do Tesouro Nacional	84.077	93.789
Total	84.077	93.789

(b) Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	30/06/2022	31/12/2021
Posição bancada		
Letras Financeiras do Tesouro	68	15
Letras do Tesouro Nacional	388	902
Notas do Tesouro Nacional	4.354	112
Total	4.810	1.029

7. Títulos e valores mobiliários

(a) Posição ativa

	30/06/2022			31/12/2021		
	Sem vencimento	Até 03 meses	De 3 meses a 12 meses	Sem vencimento	Até 03 meses	De 3 meses a 12 meses
Títulos disponíveis para venda						
Letras Financeiras do Tesouro	-	2.936	-	-	2.936	2.936
Letras do Tesouro Nacional	-	-	3.039	-	3.039	3.057
Letras Financeiras do Tesouro	-	3.646	-	-	113.250	116.896
Cotas de Fundos de Investimento	15.230	-	-	15.230	-	15.230
Total	15.230	6.582	3.039	138.101	138.215	138.215

Títulos disponíveis para venda

	Sem vencimento	Até 03 meses	De 3 meses a 12 meses	Valor a mercado	Custo
Letras Financeiras do Tesouro	-	135	-	135	135
Letras do Tesouro Nacional	-	-	3.425	3.425	3.425
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	9.053	9.053	9.054
Letras Financeiras do Tesouro	-	3.772	-	3.772	3.772
Cotas de Fundos de Investimento	7.135	-	-	7.135	7.135
Total	7.135	3.907	12.478	23.520	23.521

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores ou modelos de precificação. Os títulos e valores mobiliários, incluindo os instrumentos

Demonstração do resultado
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021
Receitas da intermediação financeira		8.748	2.054
Resultado com títulos e valores mobiliários	7b	2.949	1.062
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	6b	4.810	1.029
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	8a	-	(37)
Rendas de créditos vinculados ao Banco Central	20	989	-
Despesas de intermediação financeira		803	-
Operações de empréstimos e repasses	16	803	-
Resultado bruto da intermediação financeira		7.945	2.054
Outras receitas/(despesas) operacionais		(9.876)	(10.521)
Receitas de prestação de serviços	19	35.923	29.525
Despesas de pessoal	22	(19.404)	(7.885)
Outras despesas administrativas	24	(44.093)	(28.004)
Resultado de participações	12	8.474	(1.612)
Despesas tributárias	23	(3.317)	(2.529)
Outras receitas operacionais	21	15.378	859
Outras despesas operacionais	25	(2.837)	(875)
Resultado operacional		(1.931)	(8.467)
Resultado não operacional		26	87.671
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		85.740	(8.563)
Imposto de renda e contribuição social		(604)	930
Ativo fiscal diferido	15d	(604)	930
Lucro (prejuízo) líquido do semestre		85.136	(7.633)
Lucro (prejuízo) por ação/quot		2,47	(0,17)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

Demonstração do resultado abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
Resultado do semestre	85.136	(7.633)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(67)	2
Variação de valor justo	(111)	3
Efeito fiscal	44	(1)
Total do resultado abrangente do semestre	85.069	(7.631)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

Demonstração das mutações no patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros ou Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro 2021	44.007	-	(6)	(31.222)	12.779
Ajuste ao valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	2	-	2
Aumento de capital (Nota 18b)	-	60.309	-	-	60.309
Prejuízo do semestre	-	-	-	(7.633)	(7.633)
Saldos em 30 de junho de 2021	44.007	60.309	(4)	(38.855)	65.457
Saldos em 1º de janeiro de 2022	104.316	-	(1)	(46.946)	57.369
Ajuste ao valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(67)	-	(67)
Aumento de capital (Nota 18b)	-	111.752	-	-	111.752
Lucro do semestre	-	-	-	85.136	85.136
Saldos em 30 de junho de 2022	104.316	111.752	(68)	38.190	254.190
Mutações no semestre	-	111.752	(67)	85.136	196.821
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

8. Instrumentos financeiros derivativos

Os contratos derivativos têm seus valores base registrados em contas de compensação e os ganhos e as perdas registrados em contas patrimoniais em contrapartida a contas de resultado. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, compostos por operações de futuros, é apurado de acordo com os seguintes critérios: • Futuros - com base nos ajustes apropriados/pagos diariamente.

(a) Resultado em operações com derivativos

	30/06/2022	30/06/2021
Futuro	-	(37)
Total	-	(37)

9. Negociação e intermediação de valores

	30/06/2022	31/12/2021
Caixa e registro de liquidação	950	241
Devedores/credores por liquidação pendente	1.975	79.194
Total	2.925	82.491

10. Diversos e impostos a compensar



TORO CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A		CNPJ: 29.162.769/0001-98	
<p>Refere-se ao recebimento de recuperação de despesas operacionais de infraestrutura, tecnologia, folha de pagamento e custos com a migração de clientes do contrato escrow. (b) Refere-se a reversão de provisões de prêmios. (c) Receita gerada através da cobrança de multa de 1% ao dia sobre o saldo negativo em conta corrente, decorrente das liquidações financeiras das operações de bolsa geradas pelos clientes. (d) Referem-se a ressarcimento de custos operacionais relativo à tarifa interbancária.</p>			
22. Despesas de pessoal			
	30/06/2022	30/06/2021	
Despesas de honorários	2.804	335	
Despesas de benefícios	1.676	609	
Despesas de encargos trabalhistas	2.625	1.328	
Despesas de proventos	11.930	5.146	
Despesas de treinamentos	186	406	
Despesa de estagiários	183	61	
Total	19.404	7.885	
23. Despesas tributárias			
	30/06/2022	30/06/2021	
Despesas de ISS	1.078	886	
Despesas de COFINS	1.826	1.299	
Despesas de PIS	297	211	
Outras despesas tributárias (a)	116	133	
Total	3.317	2.529	
(a) Referem-se a taxas CVM, IPTU e Alvará.			
24. Outras despesas administrativas			
	30/06/2022	30/06/2021	
Despesas de alugueis	9	227	
Despesas de comunicação	1.506	747	
Despesas de manutenção e conservação de bens	295	327	
Despesas de material	2	1	
Despesas de processamento de dados	26.984	11.271	
Despesas de promoções e relações públicas	174	132	
Despesas de propaganda e publicidade	10.303	9.943	
Despesas de publicações	25	58	
Despesas de seguros	67	12	
Despesas de serviços financeiros (a)	565	793	
Despesas de serviços de terceiros	1	3	
Despesas de serviços técnicos especializados	565	3.705	
Despesas de transportes	25	15	
Despesas de viagens	39	7	
Despesas de depreciação e amortização	1.190	226	
Outras despesas administrativas	2.343	537	
Total	44.093	28.004	
Referem-se a taxas, emolumentos operacionais e tarifas bancárias.			
25. Outras despesas operacionais			
	30/06/2022	30/06/2021	
Erros operacionais (a)	1.628	771	
Campañas	356	18	
Multas	33	-	
Juros	5	-	
Variações monetárias passivas	-	7	
Outras	815	79	
Total	2.837	875	
(a) Referem-se essencialmente a créditos pagos a clientes pela Toro CTVM em consequência de erros por falhas em operações de bolsas na B3.			
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras			
<p>Aos Administradores e Quotistas Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:</p>			
<p>A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a</p>			
<p>adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.</p>			
<p>Belo Horizonte, 25 de agosto de 2022 PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5 Carlos Augusto da Silva Contador CRC 1SP197007/O-2</p>			
<p>judiciais, classificados por seus assessores jurídicos como perda provável: 30/06/2022 31/12/2021 Provisão para processos judiciais fiscais (nota 10) 33 33 Provisão para processos judiciais cíveis (nota 10) 27 169 Total 60 202</p> <p>Em 30 de junho de 2022, a Toro CTVM, existem provisionados processos judiciais fiscais classificados como perda provável no montante de R\$ 33 (R\$33 em 31 de dezembro de 2021), referente ao processo que questiona a contribuição ao INSS sobre a verba trabalhista de 1/3 sobre férias. Em 30 de junho de 2022, a Toro CTVM, existem provisionados processos judiciais cíveis classificados como perda provável no montante de R\$ 27 (R\$ 169 em 31 de dezembro de 2021), que envolvem questões de demandas por indenização, principalmente de perdas financeiras de clientes no mercado de ações. Em 30 de junho de 2022, a Toro CTVM possuia passivos contingentes decorrentes de 01 (um) processo judicial cível, classificado como perda possível, no montante de R\$ 2 envolvendo indenização por danos morais devido à falha na plataforma de investimentos.</p> <p>29. Gerenciamento de risco A Gestão de Riscos está estruturada de forma totalmente independente das áreas de negócio, reportando-se diretamente à alta administração, para garantir isenção de conflito de interesse e uma segregação de funções adequada às boas práticas de governança corporativa e de mercado. A estrutura organizacional está delineada de acordo com as recomendações propostas pelo Acordo de Basileia, onde são formalizadas as políticas, procedimentos e metodologia consistentes com a tolerância a risco e com a estratégia de negócio e onde são monitorados os diversos riscos inerentes às operações e processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito, legal e operacional. Tais processos de gerenciamento de riscos estão ainda, associados aos processos de gestão de continuidade de negócios, principalmente, no que tange a formulação de análises de impacto, planos de continuidade, planos de recuperação de desastres, planos de backup e gerenciamento de crise. (a) Risco de mercado: A administração de risco de mercado das operações é efetuada por meio de políticas, procedimentos de controle e identificação prévia de riscos em novos produtos e atividades, visando manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição e atender a estratégia de negócios e limites definidos pelo Comitê de Risco. Com as regras formalizadas, o departamento de risco tem o objetivo de controlar, acompanhar e assegurar o enquadramento dos limites pré-estabelecidos, podendo recusar-se, total ou parcialmente, a receber e/ou executar as operações solicitadas, mediante a imediata comunicação aos clientes, além de intervir em casos de desequilíbrio e de reportar ao Comitê todos os eventos atípicos. A descrição completa da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível no site eletrônico www.toroinvestimentos.com.br. (b) Risco de liquidez: A Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez foi estabelecida com base nas diretrizes do Banco Central, procurando proporcionar a permanente adequação do gerenciamento à natureza das operações, à complexidade dos produtos e à dimensão da exposição a risco de liquidez da Instituição. O processo de gerenciamento do risco de liquidez prevê procedimentos de identificação, mensuração e controle à exposição ao risco de liquidez, levando em consideração as condições de mercado atuais e previsões futuras na elaboração de cenários para projeções dos fluxos de caixa em diferentes horizontes de tempo. A descrição completa da estrutura de gerenciamento de risco de liquidez encontra-se disponível no site eletrônico www.toroinvestimentos.com.br. (c) Risco de crédito: O gerenciamento do risco de crédito é de responsabilidade da área de risco da Toro CTVM que visa garantir o cumprimento do determinado na política de crédito e assegura que os limites operacionais estabelecidos sejam executados. A política de gestão de risco estabelece para na composição da carteira por título, por</p>			
<p>rating interno de emissor e emissão, na atividade econômica, entre outros. A descrição completa da estrutura de gerenciamento de risco de crédito encontra-se disponível no site eletrônico www.toroinvestimentos.com.br. (d) Risco operacional: Atendendo às Resoluções nº 3.380/06 e nº 4.557/17 do CMN, a Instituição implementou uma estrutura de gerenciamento de risco operacional compatível com a natureza e complexidade de seus produtos, serviços e atividades, processos e sistemas. A administração do risco é feita através da identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional e perdas relacionadas, bem como pela elaboração e disseminação da política de risco operacional e do processo de comunicação e informação, além da elaboração do Plano de Contingência e de Relatórios para a Alta Administração e Conselho Administrativo com todas as deficiências encontradas. A descrição completa da estrutura de gerenciamento de risco operacional encontra-se disponível no site eletrônico www.toroinvestimentos.com.br. (e) Gerenciamento da estrutura de capital: O gerenciamento de capital tem como objetivo a constante avaliação de nossa disponibilidade de recursos financeiros e patrimoniais necessários às atividades operacionais, atendendo à Resolução 4.557/2017 do Banco Central. Define-se gerenciamento de risco de capital como o processo contínuo de monitoração e controle de capital mantido pela Instituição, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está sujeita e planejamento de metas e de necessidade de capital considerando os objetivos estratégicos da Instituição.</p> <p>30. Outras informações A Toro CTVM vem acompanhando os desdobramentos relacionados à pandemia da COVID-19, alinhado com a devida atenção as orientações Governamentais e da Organização Mundial de Saúde. A Toro CTVM vem adotando diversas medidas de prevenção para preservação da segurança e a saúde de seus colaboradores, assim como a manutenção da operação. Todos os colaboradores estão trabalhando de forma remota. Estamos acompanhando as deliberações feitas pelos órgãos reguladores para ajudar a economia brasileira a enfrentar os efeitos adversos provocados pelo vírus. Portanto, considerando o cenário atual e as medidas que visaram a continuidade de todos os processos da Toro CTVM, não há indícios, até o momento, de que os impactos trazidos pela pandemia impactem, ou prejudiquem a sua continuidade operacional. Portanto, em observância ao disposto na NBC TG 24 (R2), considerando todo o cenário atual e as medidas que visaram a continuidade de todos os processos da Toro CTVM, não há indícios, até o momento, de que os impactos trazidos pela pandemia comprometam a elaboração, aprovação e publicação das Demonstrações Contábeis que poderiam prejudicar a sua continuidade operacional.</p> <p>31. Resultado não recorrente Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021 a Toro CTVM não incorreu em qualquer "Resultado não recorrente" que requeresse divulgação em separado em suas demonstrações financeiras.</p>			
<p>Márcio Placedino Bicalho Martins Diretor CPF 065.247.366-05</p> <p>Maria Carolina Barbosa Costa Diretora CPF 078.067.136-89</p> <p>Hélio Mayorca Filho Contador CRC SC 021798/O-3-S-MG</p>			

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/294E-0196-CF49-6A8E> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 294E-0196-CF49-6A8E



Hash do Documento

g4um9eUBFStYjj9WE3BjbWq7GdVJhwx2TwYxreRA97I=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/08/2022 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 25/08/2022 22:23 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

